

APRESENTAÇÃO

O LONGO SÉCULO XIX NOS TRÓPICOS: POLÍTICA, ECONOMIA E SOCIEDADE NO BRASIL OITOCENTISTA

Edna Maria Matos Antônio*

Francisco Gleison da Costa Monteiro**

“O longo século XIX nos trópicos: política, economia e sociedade no Brasil oitocentista” é o título de um dossiê que reúne estudos e análises de historiadores cujas investigações cobrem o arco temporal de 1789 a 1930. O dossiê não se define pela delimitação temporal, mas pela proposta firme de fomentar debates em torno de um amplo espectro de temas que expressam processos e agentes em sua complexa historicidade, com experiências históricas diversificadas relativas à formação socioeconômica, dinâmica social e questões da consolidação do Brasil como Estado independente e liberal.

O uso do termo “longo século XIX”, emprestado do historiador britânico Eric Hobsbawm e ampliado por nós até 1930, alude a um conceito ancorado na abordagem dilatada e ressignificada dos marcos cronológicos. Contudo, antes de tudo, prioriza a compreensão das mudanças e questões sobre a formação do mundo sociopolítico contemporâneo e das inquietações que acompanharam o estabelecimento, em boa parte do globo, do capitalismo liberal e dos valores burgueses, marcados por uma rápida e envolvente aceleração tecnológica. Adotando-se uma escala espacial reduzida, trata-se de perceber e analisar historicamente as características, os efeitos e as percepções subjetivas desse amplo processo em um extenso território da América do Sul, recentemente alçado à condição de país, e os contornos que tal modernidade política assumiu nos trópicos, ou seja, em locais externos à cultura europeia, ainda que fosse imperativo dialogar com ela, uma vez que era a referência que ditava os padrões socioculturais e científicos.

* Doutora em História (UNESP), Professor na UFS - Universidade Federal de Sergipe. Orcid: 0000-0001-6748-9312

** Doutor em História (UFPE), Professor na UFPI – Universidade Federal do Piauí. <https://orcid.org/0000-0002-2808-9516>

Sabemos que o período imperial brasileiro sempre suscitou o interesse dos historiadores. No contexto oitocentista, a escrita da História do Brasil Império esteve inicialmente articulada ao projeto de produção de uma certa representação do passado, voltada para conferir identidade e coesão ao nascente Estado brasileiro. Nessa elaboração, uma narrativa épica integrava o branco, o negro e o indígena, harmonizando as diferenças entre esses grupos de forma a convencer sobre a ausência de conflitos e/ou tensões no processo de formação da identidade brasileira. Ao contrário, ressaltava a participação positiva e singular de cada um destes elementos para fazer emergir o povo como soberano nessa construção nacional, bem governado por uma monarquia com características imperiais.

Alinhada a uma escrita da história de natureza nacionalista, ideário político geral do século XIX e preocupação típica da historiografia oitocentista, a produção intelectual buscou reforçar a perspectiva da continuidade dos traços coloniais, enfatizando as ligações entre as duas fases no que tange às estruturas econômicas e de dominação e ao formato político, uma atipicidade brasileira. Tal paradigma foi de difícil superação e ressoava, de alguma forma, nas produções historiográficas posteriores.

Não é demais lembrar que os sentidos interpretativos fornecidos em outras culturas, linhagens ou contextos historiográficos traduzem as formas que sociedades diferentes articulam a sua relação com o passado e a produção da memória, pautadas na realidade vivida, respeitando os limites e possibilidades epistemológicas dados pelas estruturas sócio culturais e intelectuais. Num mundo em transformação, como esperado, o campo disciplinar da História precisou dialogar com demandas políticas por reconhecimento de direitos e representação na história como sujeitos, fazendo disto importante preocupação da disciplina, aspecto que orientou os estudiosos para problematizações que exigiram novos olhares, objetos e explicações.

Assim, foi preocupação dos historiadores descortinar um processo menos ufanista e certamente, cenário diverso da alegada presença de harmonia social, rompendo visões românticas, sistêmicas e anacrônicas. Intelectuais e pesquisadores de origens acadêmica, institucional e espacial diversas têm se dedicado a propor formas de analisar os variados fenômenos da sociedade e da nação oitocentista em outras chaves de leitura, que evidenciam tal período como contexto profundamente problematizador, definidor de muitas questões contemporâneas. Historiadores de tendências e repertórios conceituais plurais têm olhado para esse período com o reconhecimento de que se trata de um cenário marcado por grandes debates institucionais, por manifestações dos vários atores sociais e políticos que se expressam na política institucional e informal, por várias formas de viver a cultura, a justiça e o cotidiano, por práticas sociais que entrelaçavam grupos sociais e étnicos em tramas que singularizam as formas e estratégias de negociação estabelecidas por seus atores com os poderes instituídos nacionalmente.

Avançamos para estudos que valorizam as expressões materiais e simbólicas de lutas e/ou relações de poder direcionadas à construção/desconstrução, legitimação ou deslegitimação de hegemonias ou dominações políticas, sociais e econômicas, tentando melhor compreender as práticas políticas, a cultura e as disputas dos agentes sociais, tanto no campo como na cidade. As análises que redimensionam o lugar da história local e regional no cenário historiográfico contemporâneo, promovendo a real inserção da esfera micro na dimensão macro, também ganharam espaço por contribuírem criticamente para a identificação do papel do local e do regional diante das injunções produzidas pela dinâmica do global.

Foi olhando para esse recorte histórico que os autores desta coletânea desenvolveram seus estudos, tematizando experiências individuais e coletivas, os projetos e práticas que nortearam o perfil econômico e político do Brasil imperial, bem como estudos que auxiliam na compreensão da dinâmica do poder e sua conexão relativa à construção das estruturas políticas e sociais, cidadania, questão fundiária, fenômenos climáticos, conflitos e negociações próprias do século XIX. Note-se ainda a positiva presença de abordagens problematizadoras das especificidades da sociedade escravista brasileira, em parâmetros de criticidade, bem como a análise das transformações nas relações do trabalho escravo e livre e, de forma articulada, o pensamento social, a produção cultural, as construções identitárias e as relações entre memória e historiografia.

Como constatado pela reunião do presente conjunto de textos, o período tem provocado estimulantes contribuições de conhecimento ao debate de questões relacionadas às interfaces entre o poder, culturas políticas, sociedade e economia, a partir de perspectivas teórico-metodológicas que evidenciam as rupturas, as permanências, as simultaneidades, os antagonismos e as ambivalências historicamente tecidas nas múltiplas formas de relações sociais em várias partes do Brasil Imperial, como demonstram o elenco de artigos a seguir.

O artigo “Tem fugido mais de uma vez e muda sempre o nome”: os anúncios de fuga dos jornais piauienses do século XIX, de Talyta Marjorie Lira Sousa, é um texto que nos apresenta o cotidiano das fazendas no século XIX no Piauí, cuja trama apresenta os escravizados como sujeitos da história ao problematizar as fugas como estratégia de resistência perante o olhar disciplinador e punidor dos proprietários de terra. O diálogo teórico é dinâmico e tem a História Social inglesa como mote de discussão, e os indícios históricos são as fontes hemerográficas em que a autora procura cruzar as informações coligidas e problematizar as lutas pela liberdade, os conflitos e as negociações estabelecidas entre cativos e a classe abastada.

A historiadora Martha Vieira debate o papel da imprensa no artigo “A imprensa goiana no declínio do Império: as lavras do Abbade e a esperança do progresso”. Investigando um mito historiográfico em torno das causas da decadência da mineração em Goiás, criado para justificar os projetos de ocupação territorial em razão de alegados vazios demográficos, a autora nos leva a conhecer uma trama que envolveu a Companhia de Mineração Goiana, fundada para explorar as minas do Abbade, localizada na cidade de Meia-Ponte, em 1881. Denunciada pela Câmara Municipal devido à poluição que estava causando no Rio das Almas, a imprensa goiana conferiu ampla repercussão, mas se posicionando a favor da Companhia Mineradora e das autoridades envolvidas, pois era vista como uma esperança de progresso material para Goiás. Insatisfeita com o andamento das denúncias, a elite meiapontense, juntamente com populares, se revoltou em 1887, quebrando e incendiando as instalações da lavra. A invasão e destruição dessas minas ficou conhecida também como a Revolta dos Caras Pretas, porque os revoltosos tinham os rostos pintados. A questão ambiental, a exploração econômica e o papel da imprensa são temas que denotam a atualidade da discussão apresentada, evidenciando a prática antiga e desastrosa de priorizar o capital em detrimento do meio ambiente.

Valorizando a imprensa como fonte e interlocução, o leitor encontrará o artigo “A prática escriturística de David Caldas nos jornais O Amigo do Povo e Oitenta e Nove (1868-1875)”, de Teresinha de

Jesus Mesquita Queiroz e Rodrigo Thadeu Paiva Dias. Eles nos oferecem um texto primoroso sobre esse grande intelectual. Os autores nos brindam com uma escrita leve e cheia de habilidades na arte de narrar e interpretar. Afinal, analisar as sensibilidades de David Caldas requer esmero, sobretudo, para um intelectual da literatura e da magistratura, cuja palavra era detentora por excelência. Além de ter editado jornais, ele foi também grande defensor dos movimentos republicanos em plena efervescência do Império. Assim, os autores conseguem captar, a partir de uma análise minuciosa dos jornais, a crítica que David Caldas fazia aos gestores do Império, seja internamente quando o governo imperial mandava executar o recrutamento para a Guerra do Paraguai, seja em suas críticas a D. Pedro II, a quem escreveu diversas narrativas, tecendo severos comentários acerca da decadência da monarquia, bem como sobre o manejo que o monarca operava para promover a alternância entre liberais e conservadores no Poder Executivo. Essas e outras críticas que o leitor encontrará estão no cerne deste artigo.

Os problemas sociais e questões econômicas das chamadas províncias do Norte estão contemplados em dois artigos. Em “O abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879”, Márcio Douglas de Carvalho e Silva analisa a circulação de alimentos com foco no abastecimento. Um tema desafiador para o autor, pois se trata de uma abordagem incipiente e inédita no contexto da historiografia piauiense. Durante a leitura, podemos nos deparar com o diálogo que o autor estabelece com as fontes manuscritas da Comissão de Socorros Públicos, nas quais ele dá ênfase aos vários aspectos que envolviam os sujeitos da seca de 1877-79. Numa discussão sobre economia agrária nos Oitocentos, podemos ler nas entrelinhas uma minuciosa discussão sobre a circulação e o abastecimento da farinha, da carne verde e do gado bovino que serviu de alimento para essa população durante a severa estiagem.

As autoras Rakell Osório e Joseanne Zingleara Soares Marinho publicam nesta edição o artigo intitulado “A atuação das comissões de socorro na assistência aos doentes da Colônia São Pedro de Alcântara-PI (1875-1885)”. Elas apresentam como cenário de estudos a província do Piauí e analisam a história da saúde em uma colônia. Nas páginas que seguem, oferecem aos leitores detalhes filigranados da assistência à pobreza migrante. Apontam para uma discussão minuciosa sobre a saúde pública na província, que, embora precária, precisava atuar devido às epidemias que atingiram o Piauí durante a seca, uma condição climática, mas também histórica e social, que acometeu a região nos anos 1877-79. Dentre os casos notificados, as autoras destacam a febre amarela, beribéri, varíola, entre outras doenças, e a implantação dos distritos sanitários que procuravam controlar as enfermidades para diminuir a mortalidade na província. Nesse cenário, as autoras problematizam as estratégias que as Comissões de Socorro executaram para ajudar a população da Colônia São Pedro de Alcântara.

Os fenômenos da escravização e da reescravização ilegais são debatidos no artigo de Antônia Márcia Nogueira Pedroza, “Seca, miséria e escravização ilegal no romance *A Fome* (1890), de Rodolfo Teófilo”. Na obra literária analisada, “forjada numa estreita combinação entre ciência e arte”, a personagem Manuel da Paciência promove a correspondência histórica concreta com inúmeras outras pessoas escravizadas ilegalmente e que escapavam aos quadros estatísticos oficiais. A autora articula a análise da ficção com a realidade do autor, o farmacêutico Rodolfo Teófilo, uma vez que esse tipo de comércio criminoso ganhava intensidade nas épocas de estiagem severa, como ocorreu nos anos entre 1844 e

1845 e entre 1877 e 1879, justamente quando a sobrevivência era um desafio a ser enfrentado pelos pobres e miseráveis, facilitando a escravização ilegal de crianças abandonadas pelos pais retirantes, assim como a venda de pessoas livres, retirantes da seca.

As relações entre ciência e progresso nos Oitocentos são abordadas no texto em que Ana Paula Vieira Pinto e André Luiz Leme discorrem sobre “O ‘Brasil Pitoresco’ na Exposição Universal de Londres (1862)”. Eles articulam a discussão sobre a Exposição Universal, mas antes dão ênfase às exposições nacionais, que eram uma espécie de preparatória para a Universal. Iniciam pautando os esforços das províncias da Bahia e do Rio de Janeiro que, sob o auspício da inovação e do progresso em consonância com uma perspectiva progressista, conduzem as primeiras exposições nacionais. Assim, as feiras conseguiam mobilizar uma grande diversidade de expositores, cujos negócios e diplomacia tinham notáveis expressões em meio a produtos, artesanatos e artes. Com esse artigo, o leitor viaja para Londres e tem a oportunidade de averiguar várias nações reunidas em uma exposição em que o progresso e a modernidade são vitrines exponenciais.

Já o artigo “Entre o Piauí e o Rio de Janeiro: a atuação farmacêutica de Eugênio Marques de Hollanda (1860-1892)”, de autoria de Ana Karoline de Freitas Nery e Elizangela Barbosa Cardoso, revela a trajetória do piauiense Eugênio Marques de Hollanda, com a fabricação de medicamentos no Rio de Janeiro em seu Laboratório Flora Brasileira e sua importância pela atuação em defesa da causa dos farmacêuticos para maior legitimação da área de conhecimento e profissão. As autoras nos revelam os esforços para construir, na segunda metade do século XIX, uma farmácia científica por parte das escolas e da formação profissional, para assim ocuparem o espaço deixado pela tradicional doutrina galênica.

“A proposta de reestruturação administrativa do Império do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen” é um artigo de Cristiano Luís Christillino e José Mácio Ramalho Teódulo. O texto se inicia situando o contexto imperial, sobretudo nos aspectos políticos, administrativos e econômicos, cujo cenário interno era tenso, com as revoltas oriundas do Período Regencial, as estratégias de consolidação e a centralização do governo imperial sendo pautas da gestão imperial. Posteriormente, os autores apresentam o intelectual Francisco Adolfo de Varnhagen, um dos expoentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ainda em 1840, e lançam um olhar sobre sua obra “Memorial Orgânico”. Trata-se de uma edição que procura defender o fortalecimento do Estado Imperial em meio à afluência para a consolidação e centralização política e territorial do Império. Os autores analisam os meios propostos para essa campanha, que se alicerçava no avanço da colonização e no fortalecimento das fronteiras. De forma contundente, é analisado pelos autores o ensaio de uma nova divisão administrativa para diminuir os desequilíbrios regionais, sobretudo nos aspectos demográficos e econômicos do Império.

A questão fundiária encontra excelente abordagem no artigo da pesquisadora Sheyla Farias Silva, “A Lei de terras (1850) e as investidas para demarcação das terras públicas em Sergipe”. Iniciando pela historicização da aplicação desta lei, parte importante de um projeto para promover a inserção do Brasil no sistema capitalista, em especial no tocante à demarcação das terras públicas em Sergipe, a autora aponta que os conflitos e dificuldades são reflexos da construção histórica da formação da propriedade, engendrada ao longo do processo de colonização e consolidada na formação do Estado Nacional.

Ela conclui que a apropriação territorial brasileira foi pautada na distribuição desigual da terra, na escravização de indígenas e africanos, na usurpação de terras públicas por membros da aristocracia local e na negação de qualquer possibilidade de reforma agrária.

Como observado, o levantamento fundiário encetado pela Lei de Terras de 1850 incita diversos aspectos possíveis de análise. Entre eles, destacam-se os volumosos registros de posses indivisas, fenômeno que foi captado pelos historiadores Carlos de Oliveira Malaquias e Lucas de Oliveira de Jesus, resultando no artigo “Registros de terras e terras indivisas em Sergipe, meados do século XIX”. Neste trabalho, os pesquisadores nos mostram como a extensa coleção de registros de propriedade realizados em Sergipe a partir de 1856 revela aspectos estruturais da posse da terra nesta província. Tais registros foram explorados por meio de abordagem quantitativa e espacial, buscando diferenciar as regiões e indicar dinâmicas locais de uso e ocupação da terra. Os resultados indicam o domínio das posses indivisas, sobretudo em regiões menos capitalizadas, e que a não demarcação dessas posses atuou como estratégia para manutenção do acesso à terra numa província marcada pela ocupação antiga e pelo fracionamento das propriedades por herança.

Do rural ao urbano, o tema da expansão urbana no século XIX é contemplado no excelente artigo de Vitória Schettini e Rafael Laguardia, “Expansão urbana e influência geográfica em São Paulo (1850-1889): uma abordagem em história georreferenciada”. Os autores se propõem a averiguar a relação entre a expansão urbana e a influência geográfica na cidade de São Paulo entre 1850 e 1889, período que antecede significativo crescimento e mudança espacial da cidade. Para tal, eles manejam diferentes indicadores espaciais como o adensamento populacional, templos religiosos, linhas férreas e plantas urbanas, a influência da altitude, do traço dos rios e das vantagens naturais das “terras mais altas”. Estes indicadores são lidos como elementos que refletiram diretamente na organização espacial do perímetro urbano da cidade de São Paulo. Os autores se apoiaram em fontes históricas variadas, como dados demográficos do século XIX, localização espacial dos templos religiosos, traçado da primeira ferrovia, plantas urbanas selecionadas e Atas da Câmara. A grande contribuição consiste na metodologia, que fez uso do georreferenciamento (localização e identificação da paisagem por meio de coordenadas geográficas). O resultado evidencia, com qualidade, a relação entre os aspectos físicos e geográficos e a expansão do layout urbano de uma cidade.

Uma análise sobre as dinâmicas e sociabilidades urbanas também se faz presente no artigo “‘Um painel esplêndido e fantástico’: a luz de gás na formação da paisagem urbana (Fortaleza – Ceará, anos 1860 a 1930)”, de autoria de Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho. Dialogando com a história da tecnologia, ele propõe analisar os esforços do controle da luz artificial e os efeitos da iluminação, partindo da percepção dos contemporâneos e sua implantação como traço material do processo de modernização e do movimento expansivo da economia capitalista. A justificativa é que a utilização do gás extraído do carvão mineral como fonte de luz e aquecimento desempenhou um papel significativo para as populações de diversas cidades ao redor do mundo. A capital da província do Ceará, espaço da análise, foi a sexta cidade brasileira a contar com o gás para iluminação de logradouros e prédios públicos, em consonância com as transformações do cotidiano de grandes centros da Europa e das principais cidades do Império (Rio de Janeiro, Recife e Salvador).

A discussão sobre a modernização das províncias do Norte é contemplada pelo texto “A chegada era uma festa: Festejos e sociabilidades na vila de Amarração no litoral do Piauí nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX”, de autoria de Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Em meio à proposta de integração da corte com o interior do Império, o artigo dá ênfase à vila de Amarração, situada ao norte do Piauí e que testemunha a ampliação da movimentação na sociedade com as embarcações a vapor e os trens, vistos como insígnias do progresso, respectivamente, nos séculos XIX e XX. Foram esses transportes que ajudaram a intensificar aquela região, seja pela conexão de pessoas e/ou produtos que circularam por intermédio das trocas comerciais e culturais trazidos por vapores e vagões. O autor selecionou como indícios as fontes hemerográficas e os livros de memórias que problematizam os conceitos de modernidade e suas articulações com a festa e as sociabilidades.

Esperamos que o conhecimento qualificado que reunimos nesse dossiê possa reafirmar a fertilidade do campo de estudos oitocentistas, ao mesmo tempo que simboliza um convite para estimular a produção de novas investidas temáticas ou revisões, assim como incentivar pesquisadores iniciantes. Nesse sentido, fica o registro do esforço gratificante do Grupo de Pesquisa Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq, que oferece aos estudiosos de diferentes instituições do país mais um ambiente fecundo e acolhedor de debate e ações acadêmicas como ações de extensão, grupos de discussão e Simpósios Temáticos em Congressos nacionais e internacionais, um lócus de diálogos, tratamento e divulgação de pesquisas concluídas ou em andamento sobre o período.

Finalmente, os organizadores agradecem calorosamente à Revista de Estudos de Cultura (REVEC), periódico do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS, polo autônomo internacional do CLEPUL: História, Cultura e Educação (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa), na pessoa de seu coordenador Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira, por seu fundamental apoio e oportunidade para organização cuidadosa e atenta que muito auxiliou para o êxito da publicação deste dossiê.

REFERÊNCIAS

- MARSON, Izabel A. Do império das “revoluções” ao império da escravidão: temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 125-173, jan./jun. 2009. Editora UFPR.
- PALTI, Elias José. O Século XIX brasileiro, a nova história política e os esquemas teleológicos. In: CARVALHO, José Murilo de; Neves, Lucia Maria Bastos P. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 581-597

